



Publicado pela Fundação Astrojildo Pereira (www.fundacaoastrojildo.com.br) em parceria com a Verbena Editora (<http://www.verbenaeditora.com.br/>)

Apresentação

Cristovam Buarque
Francisco Inácio de Almeida
Zander Navarro

A organização desta coletânea de ensaios sobre “o Brasil e o *modo-de-ser* dos brasileiros” foi motivada, sobretudo, pelo sentimento coletivo de profunda inquietação e o disseminado, ainda que difuso, mal estar que nesta quadra histórica a quase todos vêm acometendo, praticamente em todos os estratos sociais. Em face de sua inédita magnitude, sem possibilidade comparativa com outros momentos do passado, muitos irão preferir a palavra mais abrangente e expressiva, enfatizando que, de fato, estaríamos tentando entender e nos equilibrar em meio a uma generalizada *crise*, a qual estaria lentamente corroendo a sociedade e suas estruturas.

O termo sugerido, contudo, exigiria uma conceituação mais precisa. Estaríamos, de fato, experimentando o curso de um genuíno e entranhado “estado de crise”? Por certos ângulos, sem nenhuma dúvida, e bastaria o exame de alguns indicadores ou diversas evidências assistemáticas. Os dados apurados relativos à violência, por exemplo, iluminam uma sociedade que adentrou uma fase imprevisível de sua história,

pois são estatísticas que revelam dramas e tragédias que se repetem, envolvendo parcelas da população em amplitude desconhecida no passado. Se a esse foco forem agregados alguns indicadores macroeconômicos, quase sempre indicativos de insatisfatórios desempenhos e, portanto, incapazes até mesmo de garantir a oferta de trabalho para os cidadãos, então a palavra crise poderia estar mesmo explicando com perversa nitidez o nosso cotidiano. Afinal, conforme escreve um dos autores do livro:

“Ao olhar ao redor, neste ainda começo do século XXI, constatamos que, apesar de nossa dimensão demográfica e econômica, somos um país deseducado, dividido, sem coesão, violento, pobre, com vocação autoritária, acomodado, imprevidente, desigual, corporativista, ineficiente, desperdiçador, não inovador, pobre em ciência e tecnologia, com sua natureza depredada, preferindo direitos e privilégios individuais aos deveres coletivos, com baixa renda per capita, com brutal e indecente desigualdade na distribuição de renda e no acesso aos serviços sociais, permissivo, racista, amarrado, egoísta, futebolístico, instável juridicamente, fantasioso, sem apego à realidade, viciado na ociosidade, sem respeito à moeda, sem indignação diante de sua tragédia histórica, sem rumo para o futuro e, apesar de tudo, alegre” (Cristovam Buarque, Capítulo 4).

Contudo, não obstante esse assombroso diagnóstico, os processos econômicos, sociais e culturais sempre poderão ser auscultados por muitas lentes analíticas, resultando em observações contrastantes entre si e, em especial, produzindo *interpretações distintas*. Por isso, sob outros ângulos, talvez “crise” não seja a melhor definição para os tempos que vivemos. Que esses são tempos de ruptura, de passagem ou de transição, não parece existir nenhuma dúvida a respeito. Mas a evidenciação de uma autêntica crise social exigiria, pelo menos, de um lado, o desfazimento de uma parte substantiva do quadro institucional, associado, no outro lado, a um quadro de reações sociais semipermanentes na esfera pública, o que não tem ocorrido – pelo menos em uma proporção que seja expressiva e reiterada. Crises, para serem definidas como tal, exigem a existência combinada de variadas formas de protesto sequenciais, somadas a um conjunto de instituições que, em face da crise, se tornam inoperantes. Mas, no caso brasileiro, a matéria prima essencial que sustenta as crises – que são os conflitos sociais – não tem sido permanente ou duradoura e, ainda mais intrigante para

os estudiosos, as manifestações coletivas vêm sugerindo motivações muito díspares entre si. Analisando os massivos protestos que explodiram a partir de junho de 2013, que se repetiram em 2015, um dos autores contribuintes para esta coleção de ensaios alerta que entre os dois momentos “predominam as diferenças”, em relação às fontes da mobilização social e, em especial, no tocante aos objetivos e ao significado dessas ondas recentes de protesto. Mas ressalta que, em ambos os casos, há o “reconhecimento de que a sociedade vive profundamente os problemas e os impasses que cercam a recente democracia brasileira e que se manifesta em uma expectativa muito grande por reformas” (Alberto Aggio, Capítulo 1).

O ingrediente que alimenta as crises seria a existência de um *eixo central de degeneração*, nem sempre de fácil identificação. Quase sempre será um combustível de natureza econômica, o qual, uma vez materializado, estimularia o gradual desfalecimento de outras partes da estrutura societária e suas instituições. Crises, portanto, apontam claramente para uma estrutura social e econômica que gradualmente se torna irresoluta, mergulhada crescentemente em processos que não apontam a sua finalização. Provavelmente, uma crise sob tal profundidade ainda não se concretizou no caso brasileiro, ainda que possamos estar situados perigosamente nas cercanias de seu epicentro.

Além disso, as instituições principais parecem funcionar razoavelmente, embora uma das mudanças mais destacadas entre as opiniões compartilhadas pelos brasileiros talvez seja a perda da confiança nos governantes. Assim, vai se cristalizando, em consequência, uma significativa distância no tocante à percepção sobre as instituições em sua formalização, propósitos e operacionalidade cotidiana e, de outro lado, aqueles que ocupam as posições de autoridade delas decorrentes (citando apenas as instituições formais da sociedade). Quando a confiança é um valor robusto, em sociedades mais estáveis e maduras, acaba se traduzindo em maior propensão à cooperação social, garantindo que as infinitas transações do dia-a-dia sejam realizadas dentro de um horizonte temporal mais estendido.

Entretanto, sob o contexto de altos graus de desconfiança, no Brasil os indivíduos deixaram de agir como passivos acompanhantes, ou meros observadores, dos processos políticos que definem a sociedade, mas também se tornaram juízes, críticos e até cínicos, ante as inúmeras fragilidades que povoam o curso dos acontecimentos, dos comportamentos nocivos das autoridades às decisões impopulares, dos infundáveis escândalos à escancarada estrutura corruptora que – agora sabemos – transformaram os

cidadãos em contribuintes forçados dos tantos grupos instalados no coração do Estado. Ressaltando que a desconfiança não é exclusivamente deletéria, afetando a saúde cívica da sociedade, pois pode ser também proativa e positiva, quando é o fundamento normativo principal que se contrapõe às diversas formas de abuso de poder que eventualmente venham a se desenvolver em sociedades democráticas. Por esta razão, se examinada em perspectiva histórica, na vida política brasileira e seus respectivos comportamentos sociais – salienta um dos autores desse livro – “o estoque de desconfiança existente na sociedade brasileira não desapareceu. Ele apenas deslocou-se dos representantes para as instituições de controle *latu senso*: judiciário, ministério público, polícia federal, tribunais de contas, dentre outros. Assim, as instituições de controle passaram a ser, em larga medida, as instituições da desconfiança em relação aos representantes [eleitos]” (Marcus André Melo, Capítulo 12).

Por que somos assim? O breve comentário acima poderia ser *uma* das explicações possíveis à pergunta geral submetida aos autores contribuintes que integram a publicação. Ou seja, realça uma fase de transição entre certas formas de poder típicas do passado para outras formas novas de poder, as primeiras identificando os tempos de outrora e as mais recentes vias de poder instituídas, em particular, após a Constituição de 1988 e, sobretudo, após a “primavera democrática” experimentada pelos brasileiros durante os anos 1990. Mas seria tão somente *uma* explicação, pois outra das características mais visíveis dos tempos atuais tem sido uma crescente *fragmentação de visões e interpretações sobre o Brasil* e, em especial, sobre o seu futuro mais imediato. No passado, nossa bibliografia principal parecia sugerir a existência de leituras mais assentadas sobre a trajetória histórica do país e a explicação sobre uma série de processos foi aceita com maior consenso. Para isso, invocavam-se autores considerados clássicos e os argumentos decantados pelo tempo, tornados obrigatórios tanto nos livros escolares como até mesmo no senso comum.

Ante a atual inquietude coletiva, assoma, em consequência, a multiplicidade de leituras sobre o Brasil e os comportamentos dos brasileiros. Provavelmente é reveladora, como ilustração, a comparação entre dois autores consagrados como “intérpretes do Brasil”. Vinte anos atrás morreu um dos mais expressivos escritores brasileiros, Antônio Callado, autor, entre outros, de um livro épico, o celebrado *Quarup*, originalmente publicado em 1967. Callado sempre esteve no campo político da esquerda e, vítima de câncer, uma semana antes de morrer, foi entrevistado pelo jornal *Folha de São Paulo*. Alguns trechos são copiados abaixo:

Repórter: o seu processo de transformação em um homem de esquerda foi conflituoso com a sua formação religiosa?

Callado: *Se o próprio Papa já está concordando com Darwin, o que falta? Não falta mais nada. Nos anos 60, as coisas estavam acontecendo na cara da gente. A Igreja sofreu com a tortura a alguns padres... A Igreja era subversiva. De repente, a subversão se escoou. Coisa curiosa, né? O Brasil é um país inseguro de si mesmo. Quando fico pensando naqueles livros americanos enormes sobre a Igreja Católica do Brasil, as torturas horróricas... Tudo isso concorria, naquela ocasião, para a gente acreditar que ia haver um choque entre a fé e essa coisa bruta, que foi a revolução de 64. De fato, não houve...*

Repórter: como foi a sua primeira viagem ao Xingu?

Callado: *eu viajei à Europa durante a Segunda Guerra... Quando acabou a guerra, parecia que o Brasil ia tomar uma espécie de rumo. E, mais uma vez, não aconteceu nada... Na minha vida, eu diria, o Brasil tem sido uma série de falsas expectativas. Tenho tido uma série de decepções... Quando chega a hora de as coisas mudarem, as coisas não mudam. Não tenho mais esperanças... O Brasil é um país curioso, é um país extremamente sem-vergonha.*

Repórter: durante muito tempo, o Senhor acreditou na missão histórica da literatura. Hoje, em um mundo tão sem referenciais ideológicos, o Senhor continua com a mesma visão?

Callado: *não acredito em mais nada daquilo. Nada, nada, nada. Perdi completamente o interesse em operações políticas no Brasil. Não acredito que elas venham. Não vejo como podemos sair daqui, agora... Lutei muito, é verdade. E não deu em nada. Hoje, eu realmente não acredito em coisa nenhuma que possa ocorrer no Brasil... (Folha de São Paulo, 26 de janeiro de 1997).*

São palavras arquitetadas por uma mente alquebrada pela quimioterapia e pelo cansaço físico e mental, o qual, ante a iminência da morte, amplifica exageradamente o sentimento de derrota? Ou seria uma honesta e sincera leitura do Brasil e sua história, intensamente vividos por um autor que também foi jornalista e conheceu em profundidade a trajetória social e política brasileira? A narrativa, tão pessimista, seria majoritária entre os brasileiros, seríamos sempre assim?

Por outro lado, examine-se um notável e recente livro, *Trópicos utópicos*, de um autor igualmente extraordinário, Eduardo Giannetti. Mais jovem e herdeiro de uma tradição do pensamento liberal em Economia e portador de sólida erudição,

particularmente em Filosofia, Giannetti oferece no livro “uma perspectiva brasileira da crise civilizatória”, argumentando, na parte final da obra, intitulada “Sonhar o Brasil”, os primeiros contornos de uma “utopia do anacronismo-promessa chamado Brasil”. Nesta parte conclusiva, o autor argumenta que:

“Na sociedade perfeita não haveria o que mudar... A ideia de perfeição é obviamente uma ficção humana. Seu grande mérito – como é o caso das utopias em geral – é servir como um contraste que inspire e permita realçar com tintas fortes a distância entre *o que somos* e *o que aspiramos a ser*: o ideal é uma arma com a qual se desnuda um mundo errado, injusto e opressivo... Quando a vontade de mudança e a criação do novo estão em jogo, resignar-se a um covarde e defensivo realismo é condenar-se ao passado... As nações são todas mistérios, cada uma é todo um mundo a sós. O Brasil não é diferente. Ao ocidente do Ocidente, descobertos e colonizados por ele, somos no entanto um país de ocidentalização recalcitrante e imperfeita. Ao juízo da fria métrica ocidental o Brasil, se não chega a ser um malogro, não passa de um país medíocre... se assim é, há que se perguntar: *estamos condenados a isso?* O que fazer?... A que vem o Brasil, afinal, como nação? A resposta à disjuntiva separa dois grupos bem definidos. De um lado, a *visão mimética* ou imitativa de que não há o que inventar. “Nós queremos ser como eles”...no outro polo do espectro, a visão profética ou messiânica de que não podemos nos resignar à condição de cópia canhestra de um mundo caduco... Miméticos e proféticos almejam *outro Brasil*... Um Brasil digno de sonho deve ser concebido a partir do que efetiva e coletivamente somos, dos acidentes e condicionantes bem como dos vícios e virtudes que se entrelaçam em nosso destino comum... O segredo da utopia reside na arte de desentranhar a luz das trevas. Há um futuro luminoso querendo despertar das sombras do presente – *O Brasil é mestiço*: genética e culturalmente – eis o traço que melhor nos define... Faz sentido a ideia de uma *civilização brasileira*? Uma resposta afirmativa não precisa implicar nenhum tipo de arroubo xenófobo ou húbris cultural. O que ela implica é a rejeição da crença de que não podemos ser originais...”¹.

¹ GIANNETTI, Eduardo. *Trópicos utópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (*passim*, grifos do autor).

Onde situar-se, entre os polos do *continuum interpretativo* acima sugerido, associando dois autores influentes, lídimos integrantes de nossa melhor intelectualidade, mas proponentes de visões tão opostas entre si, quando explicam o Brasil e os comportamentos dos brasileiros? Esta coletânea pretende oferecer alguns desses passos, combinando diferentes visões sobre o país e seu povo. São dezesseis autores e seus artigos (organizados em ordem alfabética) são portadores de densa experiência profissional e analítica, formadas na pesquisa e na experiência da vida. Quase todos são cientistas sociais ou estão próximos desse campo multidisciplinar que procura decifrar os mistérios da estruturação societária e as preferências sociais e culturais – enfim, é um campo científico que procura desvendar os significados mais recônditos da interação humana. Em síntese, são textos que se esforçaram para trazer à luz respostas inovadoras à “pergunta-animação” que é o alicerce desse livro – *por que somos assim?*

Aos autores que participam do livro foi oferecida apenas (e exclusivamente) a pergunta citada, mantendo-se a partir da indagação a mais absoluta liberdade de resposta – e não poderia ser outra forma. Por isso, o livro traz caminhos analíticos os mais diversos, variando entre o artigo acadêmico propriamente dito aos textos que são mais ensaísticos ou, até mesmo, mais biográficos. O ensaio de John Garrison (Capítulo 6), por exemplo, o único estrangeiro que contribui para a coletânea, é ilustrativo a respeito, pois embora sendo um aparente “relato pessoal”, de fato releva uma série de processos sociais mais amplos. Talvez o mais surpreendente deles sendo a contribuição financeira realizada pelos contribuintes norte-americanos (através de uma fundação ligada ao Congresso dos Estados Unidos), na década de 1990, para diversas esferas de ação política no Brasil.

Alguns são textos curtos e sintéticos, e seus autores apenas lançam os seus argumentos mais consequentes sobre o tema geral. Adicionalmente, os autores usualmente trilharam os seus respectivos terrenos disciplinares e temáticos mais específicos, pois são campos onde existiria maior segurança de compreensão acerca dos comportamentos sociais. Ainda assim, são ensaios destacados, quando se debruçam sobre focos mais específicos. Desde a análise comparativa entre dimensões do racismo brasileiro, quando confrontado com o caso norte-americano (Paulo César Nascimento, Capítulo 14), com o autor demonstrando que a numerosa população miscigenada permitiu a relativa presença do mulato na sociedade brasileira e, assim, “a questão racial evoluiu de forma muito diferente” no Brasil. Ou então a análise abrangente sobre a

opressão exercida sobre as mulheres. Se examinado o tema pelo ângulo da participação política, “o país atingirá a igualdade de gênero, em termos de representação política, no ano de 2080” (Loreley Garcia, Capítulo 8).

Os ensaios, em sua maioria, são pessimistas em relação ao estado atual da sociedade brasileira, e mesmo em relação ao futuro próximo. Provavelmente, seria implausível esperar narrativas opostas. Quase todos são cientistas sociais de ofício e, por esta razão, são leitores críticos das realidades sociais e seus condicionantes históricos. Alguns autores demandam, por exemplo, uma compreensão mais aprofundada sobre o papel das religiões como determinante dos comportamentos sociais – mais especificamente, o lugar social do catolicismo brasileiro na estruturação das mentalidades dominantes. Ou, diretamente: “quais foram, em nossa história, as relações entre a disseminação do ideário católico e o significado que os indivíduos passaram a atribuir à suas ações cotidianas?” (Zander Navarro, Capítulo 16). É uma hipótese que mereceria estudos mais ambiciosos, pois “a religião, que foi utilizada no processo civilizatório, desde a colonização, não conseguiu diminuir as diferenças entre as classes no Brasil, mas na maioria das vezes mitigou a contradição e as lutas de classes” (Socorro Ferraz, Capítulo 15).

Os artigos, analisados em seu conjunto, enfatizam fortemente algumas vertentes que se tornaram obrigatórias quando dirigidas a uma “narrativa dominante”, aquela que ilumina, sobretudo, alguns dos aspectos estruturais mais consequentes da história brasileira. São temas como a concentração da propriedade da terra, a escravidão e, acima de tudo, a inacreditável estrutura de desigualdade social que tem sido a marca permanente da história brasileira. Para manter o padrão de dominação social, os estratagemas sociais e políticos são inúmeros e variados. Provavelmente, o mais notório seja aquele que discute o mito da “democracia racial” vigente entre os brasileiros, discutido minuciosamente por um dos autores do livro (Paulo César Nascimento, Capítulo 14). Paralelamente a essa discussão se desenvolveu outro mito, “a grande descoberta foi a “índole pacífica” do brasileiro, o homem cordial. Uma sociedade singelamente pragmática, avessa a lutas ideológicas sangrentas, como as que grassavam na Europa” (Bolívar Lamounier, Capítulo 3). Outro viés negativo, estrutural e com fortes impactos nos comportamentos sociais, reforçando a estrutura social desigual existente entre os brasileiros, nasce na “família com características não democráticas [nas quais] a mulher tem a sua cidadania comprometida, incompleta, devido às leis ou práticas que remetem ao tempo da casa grande ou, pior ainda, da senzala” (Loreley

Garcia, Capítulo 8). São estratégias ideológicas cujos impactos na cultura geral dos brasileiros não podem ser subestimados, inclusive porque formam “cidadãos imperfeitos”, pois “não sobrevivemos sem mediadores, condutores, e abridores de caminho. Estamos sempre à espera que um deles apareça para nos dizer o que somos e o que queremos” (José de Souza Martins, Capítulo 7). Da mesma forma, “entre nós, a casa fala mais alto que a rua... donde a extensão do pai: os chefes, os poderosos, os governantes que suprem a carência de paternidade que esses cidadãos pouco republicanos sentem” (Marco Aurélio Nogueira, Capítulo 11).

Agregados os diversos argumentos oferecidos pelos autores em seus respectivos capítulos, conclui-se que somos múltiplos, diversos, espalhados pelo vasto território. “Não existe um Brasil, mas milhares, talvez milhões. A “nação brasileira” não é, nem nunca será, uma comunidade e sim uma interação de miríades de comunidades que falam a mesma língua, têm costumes parecidos, várias histórias reais (e não apenas uma única narrativa, como aquela que é ensinada nas escolas). A nação só é uma do ponto de vista das instituições estatais... É o Estado que interpreta o que é a nação” (Augusto de Franco, Capítulo 2). Ante essa verificação empírica, cristalizou-se uma estrutura social relativamente rígida ao longo dos tempos, quase uma sociedade de castas ou estamentos, conforme a leitura analítica oferecida por Mércio Gomes (Capítulo 13).

A leitura dos ensaios contidos nesta coletânea, tomados em seu conjunto, avança significativamente em direção às respostas que a “pergunta-animação” do livro propõe. Mas talvez seja correto afirmar que são ainda insuficientes para concretizar interpretações amplamente satisfatórias. Como destaca Lourdes Sola, “Por que ficamos assim? Embora possa ser interpretada em termos de uma crise dual – econômica e política –, acoplada ao que parece ser uma crise de valores, é na esfera da política que se localizam os impasses que a definem, as perplexidades e o ceticismo generalizado que a acompanham... [mas] amplos setores da elite política e empresarial e da burocracia estatal não se deram conta do quanto a sociedade brasileiro mudou” (Capítulo 9). Ainda mais gravemente, insistimos em manter parcial e superficial a análise radicalmente profunda de nossa história, preferindo em troca a reiteração de sonhos futuros, já que “desde os anos cinquenta, o sentimento que começou a nos animar era modernizador, progressista: uma crença prometeísta na transformação e num futuro sempre melhor que o passado... queríamos nos ver como um país jovem, sem razão alguma para olhar para trás, uma vez que não temos memória alguma de uma distante idade de ouro” (Bolívar Lamounier, Capítulo 3).

Em síntese, os diversos autores que contribuem para esta coleção de ensaios nos alertam para várias ameaças e bloqueios que têm impedido a emergência do Brasil como nação mais próspera e justa – “talvez o mais grave atualmente seja o nosso desprezo a um rumo para o futuro; sem coesão no presente e sem rumo para o futuro, somos um país ameaçado por nós próprios. Não conseguimos pensar e formular metas e estratégias” (Cristovam Buarque, Capítulo 4). Ou, então, nas demais interpretações selecionadas e citadas abaixo:

“O “ser brasileiro”... aparenta ser, sobretudo, um modo idealizado como o cidadão se vê. Não chega a ser um “ideal” como permanência de um modo de ser, mas também não chega a ser um projeto histórico, de como o “patriota” gostaria de ser no futuro... Entra ditadura, sai ditadura, entra democracia, abala-se democracia, mas a estrutura fundante permanece a mesma... O brasileiro perdeu a guerra para si mesmo... Ele foi incapaz de organizar e fazer funcionar bem o seu aparelho de Estado e a sua economia” (Flávio Kothe, Capítulo 5)

“Há um déficit brutal de consenso e de inteligência crítica. O legado dos ciclos políticos mais recentes desse ponto de vista é trágico... Fixamo-nos no palco como cidadãos imperfeitos. Foi assim que fizemos história e forjamos nossa identidade. Ela pode ser rarefeita e imprecisa, mas é a nossa” (Marco Aurélio Nogueira, Capítulo 11)

“Somos assim porque não somos. Passamos toda a nossa história, desde o início do nosso povoamento, nos desconstruindo... A cultura do não ser nos educa e perpetua nossa permanência na busca, na incerteza e na indefinição... Nunca somos o que gostaríamos de ser porque perdidos no exílio em que nos vemos. Nossa consciência social é consciência de degredados que não podem ser ver nesse território de desterro... Toda nossa consciência política se reduz e se perde no negativo da falta de utopia e de esperança, de projeto histórico e político... Nós nos realizamos na inconclusão, no destino cinzento de vítima” (José de Souza Martins, Capítulo 7).

São interpretações que não podem ser reduzidas apenas ao pessimismo, pois derivam de leituras de realidade elaborada por experimentados e sólidos cientistas

sociais e observadores agudos de nossa realidade social. Haverá alguma solução à vista? Eis o convite aos leitores que nos honrarão com sua atenção: é preciso refletir sobre o Brasil, como espaço social e território de convivência humana, sobre a identidade que poderia nos unir, sobre os nossos bloqueios, estruturais ou conjunturais. Precisamos recuperar a esperança em nosso destino, como sociedade.